

## ■ O kirchnerismo e as últimas eleições: uma leitura crítica<sup>31</sup>

.....Cesar Altamira

- Uma primeira análise sobre as eleições nacionais de renovação de deputados e senadores nos leva a interpretar seu resultado como um voto de castigo ao governo kirchnerista. Efetivamente, o kirchnerismo perdeu de maneira categórica as últimas eleições – e com elas a maioria, em ambas as câmaras do Congresso – contabilizando ainda os bilhetes que, por caminhos paralelos, a “Frente para a Vitória” (a sigla oficial para as eleições) somou na Província de Buenos Aires. Múltiplas razões podem explicá-lo. Seus grosseiros erros políticos, entre os quais se contam como os mais graves o desconhecimento da nova realidade agropecuária nacional, o consequente péssimo manejo do conflito com o campo, que se estendera durante cinco meses do ano passado (março-julho), o que provocara seu rápido e impensado debilitamento. As questões de forma e estilo de governo – prepotência, soberba política e autoritarismo – que terminaram provocando um forte repúdio social. Uma campanha política equivocada que não prometeu nada, buscando referenciar-se no realizado, quando estes supostos ganhos se diluíam vertiginosamente ante uma deterioração social que o governo buscava ocultar com a falsificação dos índices econômicos e sociais. Finalmente, *last but not least*, os resultados muito pobres em termos de bem estar social que se obtiveram no último ano e meio de gestão, influenciam uma parte importante da sociedade que já dava fartos indícios de que começava a mostrar fastio frente uma retórica oficial mentirosa, e que punha em dúvida os propósitos e princípios igualitaristas que o governo dizia e diz encarnar. Se o kirchnerismo recolheu apoios majoritários nas eleições de 2005 e 2007 (estas últimas, presidenciais) pelos ganhos alcançados em seus primeiros quatro anos de governo, nas últimas eleições a sociedade retirou o apoio ante uma irrefutável deterioração social.
- Talvez o distanciamento entre a sociedade e o governo tenha se iniciado em 2007, quando a escalada inflacionária deteve e, inclusive, fez retrocederem, os avanços sociais alcançados nos primeiros anos do kirchnerismo; foi o

---

31 Tradução do espanhol por Leonardo Retamoso Palma, do Coletivo Atverso.

momento em que os preços dos alimentos iniciaram sua escalada provocando uma inegável deterioração das condições de vida dos setores mais castigados e ameaçando o que talvez tenha sido o principal ganho da política de Kirchner em matéria social: a construção de uma enorme “classe média baixa” produto do ascenso social que beneficiara aos setores sociais de menores recursos. Frente a esta situação, o Governo reagiu com a intervenção do INDEC (organismo oficial encarregado da medição do índice de preços, e com ele, da pobreza) enquanto mantinha sem alterações as políticas sociais. Embora a alta dos preços tenha se mantido um comportamento moderado durante 2007, o contínuo incremento manifestado em 2008 e a negativa oficial em reconhecer dita magnitude, teriam de repercutir primeiro sobre o comportamento dos setores médios da sociedade, e logo sobre os próprios setores populares. Encontramo-nos, neste caso, frente ao comportamento néscio de um perseverante jogador de cartas que busca criar armadilha para si no jogo de paciência. Trata-se de uma política que subsiste nestes dias, aprofundando o desprestígio do governo enquanto aumenta a aposta de seus erros.

- Se compararmos 2007 com o ano de 1997, até o final do menemismo, observamos que a economia cresceu uns 32%, que o desemprego baixou só 19%, enquanto o emprego informal cresceu de 37% a cerca de 41% e as receitas diminuíram em 22%. Com estes resultados a pobreza teve incremento em uns 3%, enquanto a indigência alcançava uns 36%. A existência de uma sociedade mais desigual contradizia, ou ao menos questionava, o slogan de Cristina Kirchner, sobre o impulso a um “modelo de acumulação com inclusão social”. Os superávits gêmeos haviam começado a definhar em finais de 2007, quando o superávit fiscal passou de uns 4,5% a menos da metade, para terminar se consumindo nos últimos meses. A taxa inflacionária anual alcança 17% (para o INDEC só 8,5%); a desocupação no setor informal 21% (para o INDEC chega só a 8,5% em nível global); a pobreza alcança 32% (para o INDEC chega a 15%); e assim poderíamos seguir mostrando o manejo arbitrário que o governo faz dos indicadores econômicos e sociais. Às decisões políticas errôneas anotadas devemos somar a insensata proposta de um trem bala, trem de alta velocidade – que uniria Córdoba e Buenos Aires – como maneira de promover uma modernização do transporte público, enquanto a rede ferroviária que une o conurbano bonaerense e a capital Buenos Aires colapsa sendo incapaz de poder transportar aos milhares de assalariados que viajam diariamente desde o conurbano até a Capital.

- Também é certo que não é possível falar da existência de uma crise econômica como geradora de crise política. Não estamos na presença de sobressaltos econômicos dessa natureza, porque a crise que estamos vivendo é essencialmente política. Não existem corridas financeiras nem fuga de depósitos dos bancos, além dos 30.000 bilhões de dólares que fugiram nos últimos 2 anos. As reservas do Banco Central são suficientes para poder parar qualquer corrida cambial, pelo que o governo seguramente manterá a política de desvalorização cambial com muita cautela como forma de manter competitiva, a nível internacional, a produção nacional.
- A derrota política arrasta o sistema decisional argentino, questionando imediatamente sua legitimidade. Encontramo-nos frente a uma rápida e vertiginosa dissolução potencial desse poder concentrado com o conseqüente perigo de desagregação do sistema de tomada de decisões, ao mesmo tempo que começa a se manifestar uma crescente desobediência a nível do partido oficial. O posicionamento dos governadores peronistas para se encarregarem da condução do partido, a que Nestor K renunciara no dia seguinte às eleições, assim como a pressão para determinar a agenda política futura questionam o caráter decisional de um poder executivo que concentra o poder político sem mediações institucionais. Fenômeno que se agudiza quando recordamos que esta crise se produz em um país onde o conflito social se resolve na rua com métodos de ação direta em praças e caminhos. Trata-se, nesse sentido, de uma sociedade altamente politizada e onde a baixa institucionalidade deve se ligar à crise da relação salarial fordista. Tudo parece indicar que o governo pretende retomar a iniciativa política com a convocação de um diálogo político de difícil concreção, pelo que este movimento parecia assemelhar-se mais a um ganhar tempo do que a intencionalidades certas.
- As eleições são demonstrativas também da crise da representatividade política que, como expressão da crise da relação salarial fordista, teve sua mais alta expressão no chamado laboratório político argentino das assembléias de fins do ano de 2001, que se estenderiam durante 2002. Neste caso, trata-se do alto índice de abstencionismo alcançado nas últimas eleições. Com efeito, os dados indicam que na Cidade Autônoma de Buenos Aires a abstenção resultou ser a segunda força, com 25,7%. Na Província de Buenos Aires a abstenção alcançou 23,6%. No resto do país, a abstenção alcançou valores tais como: Santiago del Estero, 45,2%; Catamarca, 37,6%, Salta, 35,9%; Formosa, 33,1%; Rió Negro, 32,9%; Misiones, 32,4 %; etc. E assim

poderíamos seguir avançando na geografia nacional. Estamos na presença de valores que nivelam um absenteísmo de cerca de 30% em geral frente ao voto obrigatório por lei e com punições cíveis diante de sua omissão.

- Três momentos simbolizam o melhor do capital político progressista que o oficialismo soube acumular nestes anos: o ato de entrega da ESMA aos organismos de Direitos Humanos para a construção de um museu da Memória, a derrota de George Bush em Mar del Plata, que marcou o retrocesso do projeto ALCA na região e a entrega do Campo de Concentração de La Perla, em Córdoba, aos organismos de direitos humanos, para a construção de um Museu da Memória. Nas três atividades, foi absolutamente nula a presença do PJ dos governadores e prefeitos – que no ato da ESMA e La Perla inclusive foram abertamente repudiados – assim como no da CGT. Todos eles ocorreram entre março de 2004 e março de 2007. Nesse ínterim, os Kirchner derrotaram Duhalde na província de Buenos Aires enquanto o Partido Justicialista começava a se render ao influxo dos resultados. Devemos sublinhar o valor e a transcendência política que tem a luta pelos Direitos Humanos em nosso país. Para a direita em geral, os Direitos Humanos são vistos como um espaço próprio da esquerda e sua defesa como um retrocesso político ancorado no passado. A política de Direitos Humanos do kirchnerismo, sem dúvidas, conforma um motivo de permanente propaganda da direita para com o governo. Porém, até agora viu-se obrigada a aceitá-la. A debilidade política do governo nestes dias provavelmente promoverá alguma investida política da direita nesta área.
- Por sua parte, as promessas de um novo movimento social e político, transversal e de caráter progressista, que avançara sobre uma demorada reforma política, foram naufragando. Já nas eleições parlamentares de 2005 haviam caído no esquecimento, o mesmo que na eleição que levou Cristina Fernández à presidência. Kirchner optou por reparar o clássico andaime eleitoral do PJ, especialmente a maquinaria clientelista dos prefeitos do conurbano bonaerense. Um aparato que os chamados “barões” da Grande Buenos Aires manejam e que se mantém quase inexpugnável desde 1983. Controlam a obra pública, compartilham os negócios com a polícia e seus sócios do crime organizado, em uma região onde se encontram os maiores bolsões de pobreza e indigência do país. Resistem às políticas universais porque administram com olhos políticos astuciosos, servindo-se dos “punteros” como pontes clientelistas e a assistência social focalizada. A reforma política, a convocatória à transversalidade política pós-peronista não tardou a se trans-

formar em reciclagem da imensa maioria das estruturas políticas e sindicais caducas, sempre propensos a “mudar para que nada mude”. O mínimo que se pode dizer é que o grau de persistência do velho contrasta vivamente com a enfática retórica declamatória de novos tempos. Os procedimentos, as formas da política condizem mais fartamente com os deslegitimados usos do passado, que com os conteúdos políticos pretensamente novos de que se vangloria.

- A política do kirchnerismo com relação às organizações populares, que protagonizaram as lutas contra o modelo neoliberal – etapa na qual a estrutura do PJ ora esteve ausente, ora tentou separar-se do conflito – foi agregar aquelas organizações que fosse possível, quebrar as que apresentavam dificuldade política para serem integradas e ignorar aquelas que se mostravam não assimiláveis e incorrigíveis. A política esteve orientada para domesticar as organizações sociais mais dinâmicas, que haviam desdobrado um enfrentamento mais intenso com o comando do capital, buscando sua dependência, subalternidade e instrumentalização. Quase não houve estrutura política e social, além de algumas versões dogmáticas de esquerda, que não entrassem em forte crise interna durante o governo dos Kirchner. Inclusive algumas das organizações que se somaram ao oficialismo foram desafiando sua convocatória, como o caso do próprio Luis D’Elía e sua quase desaparecida Federación de Tierra y Vivienda. Outras, como o Movimiento Libres del Sur, romperam com o kirchnerismo, após um processo que começou quando Kirchner assumira como presidente do PJ. Devemos igualmente reconhecer que a decisão política oficial de não reprimir o protesto social permitiu que as lutas pudessem se desenvolver referenciadas só em uma correlação de forças que incitava a confrontação em outras geografias nacionais e sobre as quais projetava sua modalidade política e organizativa de funcionamento. Este foi o caso da luta contra as empresas florestais e unidades industriais de celulose uruguaias promovida pela Assembléa de Gualaguaychú e sua influência sobre as novas Assembléas abertas a partir da resistência à mineração transnacional – que emprega tecnologias de lixiviação com substâncias tóxicas – em diferentes localidades e províncias. Com efeito, graças à elaboração de um saber especializado independente, realizado por profissionais, as comunidades informadas foram tomando consciência do que significa a instalação de um empreendimento de mineração a céu aberto, tanto no que se refere a seu impacto econômico e ambiental, como ao enorme consumo de água e energia que estes implicam.

Um dos casos pioneiros e emblemáticos foi o conflito entre a população de Esquel, em Chubut, com a mineradora canadense Meridian Gold. O “efeito Esquel” teve um impacto multiplicador, despertando outras regiões onde já se haviam implantado ou se projetam empreendimentos de mineração de grande envergadura. Hoje existem setenta assembléias de vizinhos **autoconvocados**, que incluem desde donas de casa, comerciantes até produtores e profissionais, nucleados na União de Assembléias Cidadãs (UAC), entre as quais se encontram as emblemáticas assembléias de Chilecito e Famatina, em La Rioja, cujos vizinhos lutam desde 2006 contra a instalação de uma mineradora, a cargo da transnacional Barrick Gold, no antigo distrito mineiro *La Mexicana*, e mantêm desde 2007 um corte de acesso ao acampamento da empresa.

- O kirchenismo recorreu, quase que de maneira permanente, a uma lógica política inscrita em uma abordagem assentada em leituras binárias (nós-eles; povo-antipovo; povo-oligarquia). Trata-se de leituras que reclamam interdependências, onde um polo não existe sem o outro; neste sentido o kirchnerismo mostrou-se como um fiel continuador da tradição política peronista, ao instalar um olhar assentado no grande relato nacional. Mas, este esquema de pensamento acelera o caminho para uma perigosa redução da política, na medida em que desloca o conflito para fora de toda disputa democrática. Nesse sentido, o conflito com o campo não pode ser reduzido, como tentou o governo e seu coro de intelectuais, à oposição de duas Argentinas em conflito: campo-governo, oligarquia-povo, direita-governo nacional e popular. Esta abordagem fecha imediatamente a possibilidade de complexificar a análise, os posicionamentos e antagonismos, ao mesmo tempo em que busca a deslegitimação política do outro. O que não inibe a necessidade de reconhecer a existência de antagonismos irreconciliáveis (capital-trabalho), que, sem dúvida, estão longe de corresponder aos mencionados pelo governo. Não existem duas Argentinas. O pensamento binário se referencia em épocas historicamente superadas. Pelo contrário, são múltiplas e variadas as Argentinas que existem. Nesse sentido, devemos reconhecer, com relação à nova geografia social agrária, que desde a década de 90 se instalaram novas cadeias produtivas que modificaram drasticamente a geografia social no campo, mediante a utilização intensiva de biotecnologia, que alteraram as relações sociais produtivas fomentando o surgimento de novos atores: desde Monsanto e Cargill, passando pelos *pools* de sementeiras que cresceram à sombra dos ganhos gerados no setor financeiro até os subcontratados e os

pequenos e médios produtores – muitos deles rentistas – ainda que marginais na hora da distribuição da renda.

- Finalmente, como arremate das políticas de duplo cunho, Kirchner propiciou um desencontrado e pouco fundamentado adiantamento das eleições (estavam previstas por lei para outubro próximo), pondo-se à frente da lista de deputados da província de Buenos Aires, inventando as candidaturas “testemunhais”. Quer dizer, ante o temor de que os prefeitos – e até o governador e o vice-governador de Buenos Aires – arriscassem seu “próprio” partido, amarrou-os ao destino do kirchnerismo. O governador Scioli, desportista-empresário que se lançou à política com Menem, seguiu com Duhalde e, logo, como vice de Kirchner, agora secundava-o como deputado federal. O vice-governador de Buenos Aires, Alberto Ballestrini, o primeiro na lista dos deputados provinciais, e os prefeitos em exercício, encabeçavam a cédula dos conselhos municipais. Algo muito pouco visto nos anais da ciência política. Um pacto recíproco na hora de remarem juntos. Nada foi como se pensava e como adiantavam os pesquisadores de opinião. Na noite da derrota, um segredo rondava pelo conurbano: remaram todos juntos? A infinita picardia dos barões valeu-se, em alguns casos, de listas espelho: nelas ia uma sobrinha, ou a mulher, ou a amante, que apoiavam o empresário colombiano Francisco De Narváez, adversário de Kirchner. Também em algumas localidades, o corte das cédulas (entre a lista de deputados federais e dirigentes locais) superou os 10%. Como faltaram condimentos à campanha eleitoral, muitos se perguntaram: contra quem o governo perdeu? Na realidade, se atendemos o epicentro da contenda, a linha Maginot da província de Buenos Aires, o triunfo ficou em mãos de um desconhecido. Um milionário de origem colombiana, atual deputado pelo peronismo e cujo futuro político, com muita, mas muita sorte, termina como governador. O gosto amargo para o oficialismo, provavelmente, tenha sido comprovar que perderam mais do que para uma nova liderança política, para seus próprios erros.
- A leitura de alguns analistas com relação ao resultado eleitoral ressalta um suposto deslocamento do eleitorado para a direita, algo que só pode se demonstrar sob a condição de localizar o kirchnerismo na esquerda e a todo o resto na direita. Além da necessidade de definir, hoje em dia, o que é ser de esquerda, a análise não se compadece com as opiniões que fundam uma boa parte do voto opositor. Incontestavelmente, a direita econômica, social e cultural encontrou um ponto de apoio para sua recomposição a partir do

conflito pelas retenções móveis. Porém, a direita argentina segue sem contar com seu próprio partido. Quando teve alguém com certo peso eleitoral, a UceDE encabeçada por Álvaro Alsogaray, um precursor das idéias de Milton Friedman no rio da Plata, foi cooptado pelo peronismo de Menem; sua filha, María Julia, processada e condenada como ladra; e alguns de seus brilhantes “juniors” dos 80, volúveis, são hoje mutações kirchneristas. A direita, para encontrar uma expressão política em 2011, terá que se travestir de peronista ou de radical. Mas, no intervalo que vai desde agora até 2011, outros elementos e outros fatores se farão ouvir e entrarão em ação. Entre eles: a luta social; a defesa dos postos de trabalho e do salário; os milhões empenhados para sair da pobreza e da indigência, do humilhante trabalho ilegal; a defesa dos recursos naturais, do meio ambiente, da educação, da cultura. E para essa agenda, a direita carece de respostas convincentes.

- Não considero acertado enfocar, como postulam todos os intelectuais partidários do kirchnerismo, que nas últimas eleições tenha triunfado a direita neoliberal, *a la* anos 90. Sem minimizar a importância da vitória de Unión-Pro em Buenos Aires, há que tomar nota da abundância de votos radicais e do acordo cívico e social em todo o país, do voto socialista em Santa Fé, dos que Juez obteve em Córdoba, do fenômeno Pino Solanas na Capital, assim como os de Sabatella na Província de Buenos Aires. Em todo o caso, encontramos-nos frente a um voto denegatório: não pode se afirmar com segurança que os que votaram na Unión-Pro aderiram a posições de centro direita definitivamente; parece-nos mais convincente afirmar que a sociedade em geral utilizou as cédulas da oposição como meio para expressar sua oposição ao kirchnerismo. Por certo, pouco adianta apontar com o dedo acusador uma “classe média” inveteradamente desanimada. Ou por acaso não foi a “classe média” que bloqueou a passagem para o Uruguai em Gualeguaychú há dois anos contra as empresas florestais e unidades industriais de celulose uruguaias? E não contou essa mobilização naquele momento com o total apoio do então presidente Kirchner? Encontramos-nos, em todo o caso, frente a um voto não cativo, volátil, de uma sociedade feita multidão, que estaria expressando muito mais seus desejos de liberdade e autonomia do que a adesão definitiva a políticas de direita. Trata-se de cidadãos que, sem serem golpistas nem “destituíntes” (como qualificara o kirchnerismo e seus intelectuais a quem se opunha às políticas oficiais com relação ao campo), nem articular discursos emancipadores, demandam por uma distribuição democrática do poder no país, confrontados, em todo o



caso, a essa desmedida concentração do poder alcançada durante o governo Kirchner. Trata-se desse sujeito social múltiplo e diverso que não se sente convocado por um poder concentrado que busca alinhar à cidadania atrás de propostas e leituras políticas pouco críveis e afastadas da realidade.

- Devemos ser capazes de ler por baixo da superfície aqueles fenômenos de invisibilidade expressos no ato eleitoral. Ainda mais quando as últimas eleições se produziram num momento político de alto tensionamento e disputas, incubadas desde o início do conflito com o campo (março de 2008), e alimentadas por uma concepção promovida pelo governo que via nas eleições a disputa aberta entre dois modelos de crescimento: um, o do governo, com inclusão social e o outro, o da oposição, com exclusão social. Este discurso do governo, novamente binário e de leitura unicompreensiva, buscou funcionar como mecanismo de representação social e simultaneamente de deslegitimação política. Nos tempos que correm, acreditamos que o voto não dá conta de um conteúdo ideológico, transcendente diríamos, no sentido de que o votante já não se sente atraído por aquelas propostas de mudanças revolucionárias da sociedade, tão caras aos partidos da esquerda. Inclina-mo-nos por um análise do voto assentada em singularidades, em interioridade e imanências, mais do que em “foras” e transcendências. São estas singularidades, afastadas demais de toda individualidade e individualismo as que sustentam a nova forma de expressão, de democratização política, em tempos de crise da representatividade política, adquirindo importância neste contexto a idéia da governança com relação à de governo. Vejamos. Toda proposta de ampliação dos espaços democráticos em nossos dias não pode evitar uma crítica da tradicional definição da esfera pública, da representação e, no limite, da política enquanto tal. A crise do sistema de representação política afeta o dispositivo funcional que deve assegurar a estabilidade do estado e sua construção política e repercute de maneira direta sobre a soberania moderna, quer dizer, sobre a forma do mando político. Nesse contexto, a cisão entre Estado e sociedade tende inevitavelmente a se diluir. O desenvolvimento e importância que adquire o processo de governança faz referência a esta crise, na medida em que tal processo, construído sobre as ruínas de dita divisão, debilita o comando político exercido de maneira direta sobre uma articulação reticular da sociedade enquanto incorpora a necessidade de controle da potencialidade subjetiva e organizativa posta agora em jogo. Estamos agora na presença de um processo molecular de produção do comando político anteposto a um processo de características

molar anterior. Nesse sentido, Kirchner representa o velho em política; só funcional a um manejo particular e concentrado do poder, puro governo disciplinar e nula governança, enquanto se obstina não se sujeitar a um marco de alianças que persegue a construção de inexistentes “burguesias nacionais”. Pelo contrário, tudo indica que nos encontramos frente a uma diversidade de sujeitos sociais que já não reconhecem uma identidade. Sujeitos com necessidades diferentes que refletem igualmente heterogeneidades de tempos e de objetivos. Subjetividades heterogêneas. É precisamente esta nova geografia social a que devemos fazer visível em nossa análise.

- Não podemos deixar de reconhecer que o resultado eleitoral debilitou politicamente o governo e que este panorama anima o comando do capital a impulsionar políticas econômicas mais próximas a seus interesses, assim como acentuar as críticas de toda política de integração próximas à ALBA e toda proximidade a governos como os de Chavez, Morales ou Correa. Seguramente, impulsionarão conhecidas políticas capitalistas que, em harmonia com os tempos que correm, de crise mundial, promovam a contenção dos salários e a desvalorização da moeda como maneira de manter a competitividade dos produtos nacionais. É provável que, diante de um governo débil politicamente, intente também delimitar e paralisar a política de Direitos Humanos que o kirchnerismo impulsionara desde seus primeiros dias de governo. É que a luta pelos Direitos Humanos adquire uma conotação que excede aos próprios Direitos Humanos, incorporando rapidamente espaços políticos de confrontação e disputa com o *establishment*.
- Certo é que a emergência de governos com discursos críticos ao neoliberalismo na América Latina, adotados a partir das mobilizações sociais, promoveu a crise de Consenso de Washington ao mesmo tempo em que estimulou a possibilidade de pensar, agora de maneira criativa, as articulações entre Estado e sociedade, entre economia e política, enfim, entre governos e movimentos. Todavia, devemos reconhecer também as especificidades nacionais dos processos, rechaçando toda homogenização dos mesmos para não cair em um forte reducionismo, na medida em que a transição constitui por si um espaço de geometria variável. Com efeito, em países como Bolívia, Equador e Venezuela, e inclusive o próprio Brasil (este último com todas as polêmicas que suscitou) são os governos que tentam modificar o equilíbrio de forças sociais, processo político que acelera as polarizações sociais e políticas. Não parece ser este o caso da Argentina, onde o kirchnerismo impulsionou políticas mais contraditórias nesse aspecto, que o levaram a

perder o importante caudal de apoio social que gozou nos primeiros anos. Com falsas polarizações e apostas em modelos nacional-desenvolvimentistas inviáveis política, social e economicamente. São por demais conhecidos os principais beneficiários dos subsídios e isenções impositivas de todo o tipo (Aluar, Dreyfus, Cargill, Peugeot, Chrysler, Siderar, entre outras), enquanto se mantém quase de maneira inflexível um posicionamento oficial ante a exploração dos recursos naturais próximas à depredação. O último veto que Cristina Kirchner realizou à lei de defesa das geleiras alinha ao governo nessa perspectiva e o afronta com a resistência social às instalações mineiras em curso.

- Devemos reconhecer que o capitalismo na Argentina, além de suas especificidades, segue os grandes traços do rumo marcado pelo capitalismo a nível mundial, tendo entrado em uma nova etapa de desenvolvimento. Este resulta ser um dado substantivo na hora de ensaiar qualquer análise crítica sobre a situação política nacional. Este capitalismo de novo tipo – capitalismo cognitivo, onde a valorização se assenta no conhecimento e o trabalho saltou as portas da fábrica para se difundir na sociedade – abriu um novo cenário de confrontação social. Neste contexto, a confrontação capital trabalho adquire novas modalidades, ao mesmo tempo em que aparecem novos sujeitos políticos e sociais. Já não se trata do velho proletariado fabril homogêneo – que, ainda que continue, viu reduzido seu peso qualitativo e quantitativo – mas, em todo o caso, de uma heterogênea combinação de assalariados, alguns autônomos, informais e precários, outros dependentes e diretamente subordinados ao capital, quando não imigrantes, que modificaram sensivelmente o mundo do trabalho provocando sua substancial fragmentação enquanto cria novas figuras laborais. E onde sua capacidade organizativa e de representação está vinculada à prevalência da contratação individual. É este proletariado de novo tipo que conforma as grandes camadas urbanas das principais cidades do interior do país. Nesse contexto, a informalidade, a precarização e a flexibilização não podem ser entendidas como perversas manifestações do neoliberalismo, mas, pelo contrário, como a forma de ser típica do mercado de trabalho no novo capitalismo que veio para ficar. Tudo isto nos conduz a ler a precarização como a forma moderna de controle que o capital, adota sobre o trabalho de novo tipo, bem como a nos perguntar sobre as características da nova organização política, de acordo com a nova composição técnica da classe. Desde Lenin até nossos dias é possível detectar certa correspondência e funcionalidade entre a composição técnica e

a composição política (operário profissional, partido de quadros; operário massa, partido de massa, dito de maneira tosca e bruta). É pouco o que podemos agregar com relação à nova composição política a constituir segundo os novos sujeitos políticos. Em todo o caso, reafirmar que não são os intelectuais que inventam as formas nas quais se organizam as massas ou as multidões; são elas que propõem à reflexão as formas sob as quais atuar.

- O que se modificou foi a natureza do trabalho, tornando-se cada vez mais imaterial, fenômeno que provoca mudanças na organização da produção: agora, o trabalho se organiza fundamentalmente em rede; assistimos igualmente a mudanças na composição de classe: técnica e política, contratação individual e valorização das diferenças individuais (com base em relações afetivas, comunicacionais, cognitivas, relacionais, etc.) que estão na base da atividade relacional, base da cooperação social que produz o *general intellect* e nova forma de organização que supera o sindicato. Os trabalhadores do conhecimento criam valor usando suas capacidades sociais e comunicativas para organizar os processos de cooperação e da inteligência coletiva. Nesse contexto, a criação do valor se funda na colocação do *general intellect* a trabalhar, imerso em um processo de *cooperação social*, que resulta expropriado pelo capital aos fins da acumulação privada. Mas, neste caso, onde está a exploração, base de existência do capitalismo? A exploração se dá em relação a um **comum**. Qual é esse comum? É a **cooperação social**, construída sobre a base do *general intellect*. O capital busca desesperadamente poder controlar esse COMUM. E neste campo se deposita a crise enquanto expressão também da debilidade e escassa capacidade que o capital projeta para poder controlar e colocar corpete no trabalho vivo. Nosso objetivo político deveria ser, em todo o caso, o fortalecimento desse COMUM. Que não é estatal nem privado. Nesta leitura reside nossa substancial diferença com os modernos estatistas. Não se trata somente de recuperar nossa posição política com relação ao Estado – luta contra o Estado para por fim a suas instâncias repressivas – mas também do agregado e sua atualização aos tempos que correm: novos espaços de luta e novas formas de expressão do antagonismo capital-trabalho.
- Mas, a nova forma de produção do valor no capitalismo cognitivo exige repensar uma definição das variáveis distributivas: agora a remuneração do trabalho deveria corresponder à remuneração da vida. O conflito com o capital aberto pela crise não só incorpora a luta em geral, mas a luta, agora particular, pelo reconhecimento da legitimidade da renda como remuneração

ração de uma atividade laboral que, ainda que presente não se reconhece nos contratos de trabalho clássicos. Os sujeitos explorados incorporam a totalidade de sua vida no processo de trabalho, prolongando assim a jornada de trabalho. Isto se observa fundamentalmente no setor de serviços, onde grande parte do tempo de trabalho se produz fora do lugar de trabalho. Clássicamente o salário é entendido como a remuneração do trabalho certificado e reconhecido como produtivo, enquanto a renda individual é a soma de todos os outros ingressos que derivam do viver e da relação com o território (trabalho, família, subvenções) que fazem a qualidade e o padrão de vida. Enquanto existe separação entre tempo de vida e tempo de trabalho, existe também separação conceitual entre salário e renda. Mas, quando o tempo de vida tende a coincidir com o tempo de trabalho, então as diferenças tendem a se diluir. É nesse momento, quando emerge com força a demanda por uma **renda social garantida**, que não se deve confundir com proteção social ou planos social redistributivos. Trata-se de um fenômeno essencialmente de distribuição assentado no reconhecimento, por parte do capital, de um trabalho realizado e não reconhecido socialmente, no contexto da produção social do novo capitalismo. Dito de outra maneira, trata-se de remunerar a cooperação social, por um lado, e de favorecer formas de produção social, por outro. Remunerar a cooperação social significa garantir a continuidade da renda individual incondicional para todos aqueles que operam no território, prescindindo do status social profissional ou civil – esta perspectiva deveria também estender-se aos próprios estudantes (enquanto o conhecimento se converte agora em força produtiva) e participam na produção social metropolitana, como demandam as últimas lutas dos estudantes italianos conhecida como A Onda Anômala. Propõe-se imediatamente o conflito ao redor do saber (no momento em que este se converte em parte essencial no desenvolvimento da luta entre as classes). Todavia, esta perspectiva não significa opor as lutas pelo salário com as lutas pela renda básica associando as primeiras a uma luta política setorial e as segundas a uma luta de caráter eminentemente ideológico. Trata-se de repensar a combinação virtuosa assentada na transformação produtiva alcançada e na nova materialidade subjetiva pertencente à nova composição de classe. Somos conscientes de que a mera demanda de uma renda garantida abre rapidamente as portas de confrontação com o capital, na medida em que este não está disposto a distribuí-la, já que suporia reconhecer a autonomia e a separação do trabalho.

- São estas novas condições do capitalismo pós-moderno que nossos intelectuais kirchneristas e não kirchneristas resistem a aceitar, enquanto seguem vendo as novas condições políticas com olhos do fordismo fabril. Seguem pensando na renda (financeira e não financeira) como um desvio parasitário do capitalismo, enquanto apostam na reconstrução de um Estado de bem estar impossível de regenerar, na medida em que é a própria relação salarial fordista que entrou definitivamente em crise. Nem a acumulação capitalista pode ser restringida aos marcos nacionais com Estados-nação capazes de desenvolver de maneira independente políticas nacionais de desenvolvimento, nem os sujeitos antagônicos que personificam o capital e o trabalho são os mesmos, nem os ganhos de produtividade podem ser medidas no marco do capitalismo de novo tipo. A crise da relação salarial mostra como todos os sujeitos dos acordos keynesianos estão hoje ausentes. Sob estas condições, resultam inaplicáveis as propostas do governo para a conformação de um Conselho Econômico e Social, situação de recreação do Pacto fordista próprio de uma época já obsoleta. Tudo isto nos leva a pensar na dificuldade de alcançar no capitalismo cognitivo uma política institucional que reduza a instabilidade que o caracteriza. Nas condições atuais, toda tentativa de impulsionar compromissos de raiz keynesiana adequados às características do novo processo de acumulação resulta uma verdadeira ilusão teórica e impraticável desde um ponto de vista político. Nenhum *New Deal* é possível, tão somente aquele que emergindo dos próprios movimentos e das práticas institucionais autônomas se proponha a apropriação de um *welfare* de novo tipo, diferente do estatal que foi desmantelado e igualmente distanciado do existente, de caráter privado. O que nos leva então a pensar o conflito sobre o *welfare*, em situação de crise, como a organização imediata da instituição do comum. A privatização da educação, saúde, habitação, seguridade social, em outras épocas geridas pelo estado e assumida pelo capital como maneira de assegurar a reprodução da força de trabalho, supõe o reconhecimento por parte do capital de que é o corpo humano o que assume agora as funções que anteriormente se localizavam no capital fixo, quer dizer, na maquinaria (produção antropogénica). Porém nesse mesmo momento a reprodução e amortização da maquinaria (hoje corpo humano) agora ficará franqueada ao próprio trabalhador. A privatização dos velhos direitos sociais fordistas assume a forma da mercantilização da vida.
- Porém a deserção dos intelectuais kirchneristas não se limita somente a desconhecer as novas condições do capitalismo de nossos dias. Não só

desprezam as mudanças de época, senão que suas análises resultam vazias de todo conteúdo político conforme às novas geografias sócio-econômicas adotando nesse momento a clássica posição centrista em política – carência de política – agravada pelo extremismo assumido. “Extremismo de centro”, poderíamos qualificá-lo na medida em que esvaziou a política do antagonismo capital trabalho colocando em sua substituição um progressismo inócuo, funcional ao poder de novo tipo, deslocando dessa maneira o eixo da confrontação, afastando-se de todo espírito crítico que deve acompanhar a atividade verdadeiramente intelectual... São agora os meios e multimeios (perguntamo-nos o que dirão os intelectuais “K” agora que o governo acaba de conceder ao grupo Clarín, declarado o principal inimigo na campanha, o fabuloso negócio da concessão de serviços de telefonia, Internet e TV a cabo) o inimigo a derrotar (“estamos em presença de alianças políticas construídas desde os *sets* televisivos”, nos dizem), enquanto deixam de lado as diversas maneiras como o comando do capital exerce seu controle sobre a força de trabalho viva, geradora de valor e mais-valia, e que agora se estende ao conjunto da sociedade. Em sua substituição falamos de “espaços populares democráticos” e formas de intervenção de “políticas enraizadas em modalidades de políticas democráticas”. Nossa divergência com estas análises é total. Com efeito, falar da crise da forma partido, da crise da representação política, significa incorporar neste desmoronamento todo o sistema de formação e transmissão da própria vontade política que caracteriza atualmente à democracia. Pelo que estabelecer o problema além dos partidos significa estabelecer também se existe outra forma de democracia diferente e distante da que nos propõem os intelectuais “K”. Em todo o caso deveríamos delinear-nos como escapar à colocação do corpete político que nos propõe uma institucionalidade obsoleta e abertamente questionada desde o 2001 ante a anomia social existente. Não nos parece convincente aderir a uma proposta política que mudou seu sustento político inicialmente assentado na mobilização e dinâmica de enfrentamento dos movimentos sociais por outra que mostra como seu único suporte uma estrutura política burocratizada, corrupta e demodée como a do PJ e seus apoiadores, os barões do conurbano.

- Particular menção exige a decisão política do governo sobre a eliminação do regime de aposentadoria privada e o regresso a um único sistema de aposentadoria, o sistema de distribuição administrado pelo estado, sustentado na contribuição dos trabalhadores. Esta medida, tão entusiasticamente

saudada pelos intelectuais “K”, para quem tudo aquilo administrado pelo estado é bom por definição, não alterou a lógica de funcionamento das contribuições dos trabalhadores, que continuam atados ao destino do capital: o Estado financia agora grandes obras de infra-estrutura energética, quando não a futura produção da quebrada General Motors, onde os ganhos em ambas as situações correm para o capital privado, quem resulta beneficiado, enquanto as contribuições dos trabalhadores assumem todos os riscos que estes investimentos creditam. Quanto ao mais, o governo conservou igualmente o pacote acionário bursátil daquelas empresas que foram eleitas como sócias nos riscos pelos fundos de pensão, toda uma fraterna relação com o capital especulativo que se diz combater. Todavia devemos reconhecer que com a volta ao sistema de distribuição se eliminou as comissões que as AFJP cobravam e se diminuiu os níveis de especulação, mantiveram-se os níveis de risco.

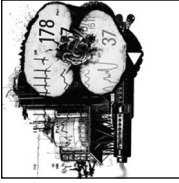
- Contudo, não se trata somente de compreender, mas de adotar uma posição política que deve surgir como produto do debate. Debate este que deve incorporar alguns elementos chave que acompanharam a reestruturação capitalista nos últimos anos: o desmantelamento progressivo do Estado de bem estar, a realocização, externalização e terceirização das grandes concentrações industriais, a nova geografia social assalariada, suas condições de insegurança e precariedade e as modalidades de resistência ao comando do capital; o fenômeno da globalização e as interdependências geradas, o sentido e lógica da financeirização da economia e as novas formas da renda; enfim, a colocação a trabalhar de qualidades afetivas, relacionais e comunicacionais, em geral, do conjunto das capacidades cognitivas assim como o debilitamento das diferenças entre tempo de vida e tempo de trabalho. Partindo de uma leitura crítica destas questões, devemos tentar individualizar aquelas variáveis políticas, econômicas e sociais que fizeram amadurecer a atual crise, buscando paralelamente abordar de maneira crítica as “soluções” que os diversos governos em geral e o nosso em particular estão propondo e projetando. Devemos ser capazes de transitar no estreito caminho político que se abre entre a resistência e o apoio ao governo. Nem o kirchnerismo é o menemismo, nem transitamos processos similares ao venezuelano e/ou boliviano. Trata-se, neste sentido, da construção de espaços políticos de resistência diferentes dos impulsionados durante o menemismo, embora resguardando autonomia e política própria. O ponto está precisamente na construção de uma alternativa crítica ao governo.



Definir novos campos de luta, que incorporem as reivindicações do conjunto dos trabalhadores precários sob a consigna de que “não vamos pagar pela crise” que possibilite recuperar forças para melhorias nas condições laborais dos que ainda hoje trabalham em relação de dependência, evitando a redução da jornada de trabalho e as demissões, denunciando as condições de precariedade e instabilidade de quem desenvolve um trabalho de forte conteúdo cognitivo, integrando igualmente a todos os sujeitos precários da cidade-metrópole contemporânea que lutam por novos direitos, serviços e renda garantida, partindo desde suas condições laborais.

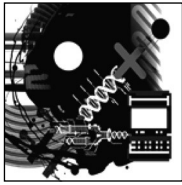
■.....**Cesar Altamira** é natural de Córdoba, Argentina, onde participou das revoltas estudantis dos anos 60. Sua atividade política continuou, na década de 1970, na chamada Esquerda Socialista de Córdoba, até 1976, quando se exilou no México. É autor de *Os marxismos do novo século*, publicado em 2008 pela Civilização Brasileira.





# Universidade

---



## Edu-factory

---

Neste número da Lugar Comum daremos início à publicação de textos da rede transnacional edu-factory de pesquisa e debate sobre a questão da universidade e da produção social do conhecimento.

A universidade tem assumido um papel crucial na conformação dos novos direitos relacionados ao trabalho imaterial e à cidadania no horizonte do capitalismo pós-fordista. Abordando a produção de conhecimento no meio acadêmico e as relações de poder que a perpassam, a sessão tem por objetivo apresentar o debate internacional sobre os diversos aspectos da atual crítica da divisão do trabalho: a hierarquização no âmbito da universidade, a precarização das condições de trabalho, os mecanismos de captura da produção e as formas diferenciais de valorização dos saberes vivos. Em suma, trata-se de abordar o conjunto das questões que caracterizam o conflito em torno da produção de conhecimento e ao papel paradigmático desempenhado pela universidade nesse cenário.

Partindo da premissa de que “a crise da universidade foi determinada, sobretudo, pelos movimentos sociais”,<sup>32</sup> o conjunto das contribuições tem por objetivo traçar um panorama da produção global acerca das lutas e dos mecanismos que caracterizam o conflito acerca da produção social de conhecimento.

Neste sentido, as experiências apresentadas em edu-factory e confrontadas umas às outras expressam as lutas e estratégias adotadas por movimentos sociais ao redor do mundo na luta por emancipar o trabalho vivo e conquistar direitos para os trabalhadores da área do conhecimento. Ao contrapor e confrontar diversas leituras, a rede procura identificar e potencializar os múltiplos aspectos que o tema suscita, bem como aproveitar as abordagens existentes para estabelecer um léxico comum de lutas e de resistência.

No âmbito brasileiro, a parceria com edu-factory constitui, por sua vez, uma oportunidade para enriquecer o debate sobre a universidade do qual participa a Rede Universidade Nômade, cujos elementos fundamentais são a luta pelas ações afirmativas, pelo apoio aos pré-vestibulares comunitários, pelo acesso amplo e a criação de novas vagas na universidade e pelo reconhecimento da dimensão comum do saber.

---

32 “Todo o poder à autoformação”, manifesto que dá início à parceria entre a revista Lugar Comum e a edu-factory e que introduz o livro *Università Globale. Il nuovo mercato globale*. Roma: edu-factory – Manifesto Libri, 2008.